



Eixo: Política Social e Serviço Social  
Sub-eixo: Políticas para Infância e Juventude

## AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DO PROJETO ESPAÇO DE PROTEÇÃO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE OLINDA-PE

ELISA CELINA ALCANTARA CARVALHO MÉLO<sup>1</sup>  
ISABELA LARISSA DA SILVA NOVAES<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo discutirá a avaliação do processo de implantação do projeto social voltado para crianças e adolescentes no município de Olinda/PE durante o período carnavalesco de 2017, além de como a metodologia do projeto está configurada no município. No contexto da avaliação do projeto verifica-se que mesmo atingindo um número considerável de crianças e adolescentes, ainda é ínfimo o enfrentamento ao trabalho infantil e ao abuso sexual desse público, uma vez que é uma ação paliativa e requer desdobramentos posteriores que a própria política de assistência social do município não é capaz de absorver.

**Palavras-Chave:** Avaliação de Processo. Trabalho Infantil. Crianças e Adolescentes.

**Abstract:** This article will discuss the evaluation of the implementation process of the social project aimed at children and adolescents in the municipality of Olinda / PE during the carnival period of 2017, in addition to how the methodology of the project is configured in the municipality. In the context of the evaluation of the project, it can be seen that even reaching a considerable number of children and adolescents, it is still very small to deal with child labor and sexual abuse of this public, since it is a palliative action and requires further developments that the policy itself of social assistance of the municipality is not able to absorb.

**Keywords:** Process Evaluation. Child labor. Children and Adolescents.

### 1. Apresentação

A escolha da proposta de avaliação do Projeto Espaço de Proteção a Criança e ao Adolescente no município de Olinda-PE no contexto da política de assistência social se deu pela experiência profissional, tanto no município mencionado, quanto no projeto. A discussão sobre trabalho infantil e abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes está envolvida pelos direitos humanos e o trabalho na

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos. E-mail <elisacelinamelo@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social, Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos.

Assistência Social envolve o debate sobre os direitos humanos enquanto basilar nos seus princípios.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1986), no seu artigo II, retrata que toda pessoa humana tem capacidade para gozar “os direitos e a liberdade, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

Assim, a transgressão desses direitos fundamentais viola principalmente o direito supremo a vida e a sua qualidade; o respeito às diferenças e à própria individualidade do ser. A partir da Constituição Brasileira de 1988, crianças e adolescentes passaram a ser vistos como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e, portanto, sujeitos de direitos. Nesse sentido, os Planos Municipal e Estadual são instrumentos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a fim de criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente vítimas dos diversos tipos de violência.

De acordo com as pesquisas realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social- MDS (2017), a cada dia as políticas de assistência às crianças, adolescentes e jovens vêm se confrontando com o agravamento da situação de risco na qual essa população se encontra em todo o país. A realidade imposta pelas situações de trabalho infantil e abuso e exploração sexual vêm ocasionando dificuldades na frequência e no aproveitamento escolar, bem como nas condições de saúde e nas relações afetivas dos jovens com sua família e o mundo.

Cabe ao governo e toda sociedade em parceria com órgãos que trabalhem na perspectiva de proteção à criança e ao adolescente. Deste modo, o Espaço de Proteção torna-se um espaço de participação, realização, conscientização e criação para a comunidade que ela atende, protegendo e fazendo surgir cidadãos conscientes e plenamente desenvolvidos para a vida em sociedade.

A violação de direitos contra crianças e adolescentes está presente no cotidiano social, contudo em grandes eventos, como o carnaval, elas se intensificam como o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho infanto-juvenil.

Segundo dados do Disque 100<sup>3</sup>, pertinentes ao primeiro semestre de 2017, analisando os dados de 2016 e 2017 proporcionalmente identifica-se um aumento no número de denúncias dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que em 2016 o Estado de Pernambuco ocupava o 12º lugar com 571 e em 2017 já no 8º com 431 denúncias.

Dentre as 431 notificações, 305 referiam-se ao abuso sexual, 01 estupro, 89 exploração sexual 01 turismo sexual, 11 grooming (casos de sedução de crianças e adolescentes através da internet), 01 outros casos, 11 pornografia infantil e 12 de sexting (envio de imagens ou mensagens com conotação sexual via smartphone).

Relacionando casos de Trabalho infantil, em Pernambuco, segundo dados do Disque 100 foram realizadas 204 notificações e 05 de trabalho escravo, em 2017 os números foram respectivamente de 120 e 01.

Em Olinda, segundo informações do Relatório Anual de Atividades da Secretaria Executiva de Assistência Social em 2017, passaram pelo acolhimento do Serviço Olinda Alerta 142 crianças e adolescentes em situação de violação de direitos envolvendo violência sexual e 56 continuaram em acompanhamento especializado. Com relação ao trabalho infantil em 2017, 840 crianças e adolescentes foram atendidos e/ou acompanhados.

Dentre as possibilidades de ações utilizadas para enfrentamento dessas violações de direitos contra crianças e adolescentes, Olinda utiliza cotidianamente a estratégia do Olinda Alerta e Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI (respectivamente contra Abuso e Exploração Sexual e Trabalho Infantil) e em grandes eventos a implantação e funcionamento do Espaço de Proteção que será relatado a seguir.

## **2. Sobre a Execução da Política de Assistência Social em Olinda/PE: Breve Diagnóstico**

A Secretaria Executiva de Assistência Social, juntamente à Secretaria Executiva de Cidadania e Direitos Humanos, compõe a Secretaria Municipal de

---

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <http://Disque%20100%20-%20Balan%C3%A7o%202017%201%20%E2%80%94%20Minist%C3%A9rio%20dos%20Direitos%20Humanos.html>

Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos. A gestão financeira e orçamentária está instituída e funcionando dentro da Secretaria, tendo como ordenador de despesa e gestor do Fundo Municipal de Assistência Social o Secretário da SDSCDH.

O município encontra-se na gestão básica do Sistema Único da Assistência Social, considerando os princípios da cooperação federativa – quando os outros entes federativos (União e Estados) auxiliam na execução dos serviços socioassistenciais, e, do cofinanciamento.

As proteções sociais: básica e especial estão constituídas formalmente na estrutura do órgão gestor, compondo o organograma da Secretaria Executiva de Assistência Social- SEAS, sendo responsável também pela execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município.

No que diz respeito aos aspectos socioeconômicos do município percebe-se que as despesas, até o período de 2009, com saúde, urbanismo, educação, administração e previdência social foram responsáveis por 86,66% dos gastos municipais. Nesta época a assistência social alcançava 3,01% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 4,42%<sup>4</sup>, informações estas que estão desatualizadas na plataforma do MDS, de acordo com consulta realizada em fevereiro de 2018.

Por outro lado, segundo os dados dos Planos de Ação da assistência social de Olinda, em 2017 foi planejado aproximadamente de 9 (nove) milhões de reais para execução da assistência social já incluindo o repasse de recursos federais e estaduais. Este valor, mesmo comparada ao volume das despesas empenhadas em 2014 (R\$ 559.924.000,00) corresponde a apenas a 1,6% deste montante.

A renda per capita de Olinda é de R\$621,73<sup>5</sup> sendo o terceiro no ranking do Estado após Recife, R\$ 1.109,01, e Fernando de Noronha, R\$ 1.024,28. Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social do CADÚNICO<sup>6</sup> Olinda possui 136.856 pessoas cadastradas pertencentes a famílias com renda per capita de até 1/2(meio) salário mínimo, 35,02% da população total. Estão cadastradas 75.687 pessoas em famílias com renda per capita de até R\$ 70,00 reais, 19,37% da população total.

---

<sup>4</sup> [http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega\\_pdf.php?rel=panorama\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=panorama_municipal) (18/02/2018);

<sup>5</sup> <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabacgi.exe?ibge/censo/cnv/rendape.def> (18/02/2018).

<sup>6</sup> <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#> (18/02/2018);

Observam-se os dados do Cadastro Único de dezembro de 2017, os quais apontam para 75.687<sup>7</sup> pessoas em condições de **extrema pobreza**<sup>8</sup>, um contexto de vulnerabilidade que inclusive traz ao referido município o alerta de estar nos índices do “Mapa da Fome”.

Este contexto mostra a importância dos programas de transferência de renda que só no mês de fevereiro de 2018 repassaram para 31.516 famílias beneficiárias do programa bolsa família R\$ 4.375.333,00<sup>9</sup>, que em média significa R\$ 138,00 (cento e trinta e oito reais) por beneficiário.

Segundo dados dos atendimentos realizados em 2017<sup>10</sup> nos 10 (dez) Centros de Referência da Assistência Social da cidade de Olinda, identifica-se que os serviços possuem um total de 51.495 atendimentos particularizados, sendo a maior parte da demanda para o cadastramento no Programa Bolsa Família (PBF), cujos valores foram: 21.707 recadastramentos, 10.853 novos cadastros e 33.824 orientações e esclarecimentos relativos ao cadastramento e atualização.

Houve um aumento aproximado de 11% no recadastramento e de 47% em novos cadastramentos em relação ao ano de 2012, de acordo com dados dos Relatórios Mensais de Atendimentos – RMA’s.

A busca pelo programa bolsa família continua sendo a maior demanda identificada, seguido pela demanda relacionada à retirada de documentações; famílias em situação de insegurança alimentar; violência e negligência quanto a crianças e adolescentes uso de drogas onde estas variáveis estão em ordem de maior incidência.

Com relação à estrutura dos serviços, o município possui: 10 Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CRAS. Quando ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV está sendo executado por entidades privadas através de parcerias entre a Prefeitura e organizações não governamentais. São onze entidades realizando os grupos do SCFV com uma meta mensal de 1.800 usuários e em sua maioria crianças e adolescentes.

Segundo Relatório Mensal de Atendimento – RMA do CREAS (2017), a equipe de Abordagem Social identificou que a população de adolescentes em situação de rua

---

<sup>7</sup> <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#> (18/02/2018)

<sup>8</sup> segundo Rocha (2006) a *pobreza absoluta* está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> As informações dos atendimentos tem como fonte o trabalho de vigilância social que está sendo implantado no município.

vem ao longo dos anos mudando o perfil de comportamento e a qualidade da relação com os profissionais e os serviços. A permanência e a participação dos mesmos nas atividades/serviços vêm se tornando cada vez mais difícil e escassa. Segundo os estudos de caso realizados no centro, um fator vem sendo unânime nesta transformação, o avanço do consumo e do tráfico do Crack e outras drogas.

Entre as demandas que se apresentam para Proteção Social Especial de média complexidade que acompanhou 1457 famílias ou indivíduos em 2017, observa-se 270 casos de acompanhamento de medidas socioeducativas – atendidos pela equipe de Liberdade Assistida; 73 casos de violência contra mulher – pela equipe do Centro de Referência da Mulher Márcia Dangremon; 56 casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – pela equipe do Olinda Alerta (PAEFI Infantil); formam em média 120 pessoas diferentes por mês atendidas em situação de rua – pela equipe da Abordagem social em 1030 ações de abordagem nas ruas de Olinda.

Em relação à Proteção Social Especial de alta complexidade Olinda conta com o funcionamento de uma República; um serviço de Acolhimento Institucional de breve permanência para crianças e adolescentes, Casa de Passagem Diagnóstica; um serviço de acolhimento institucional de média ou longa permanência para crianças e adolescentes, Casa de Acolhimento.

Diante do exposto, Olinda é uma cidade inserida num contexto de metrópole recebendo o impacto das cidades vizinhas, com baixa escolaridade, baixo índice de população formalmente ocupada, sem estrutura de creches que deem suporte a população, com um índice de pobreza e diferença social elevados, reunindo elementos para diversas formas de violação de direitos e vulnerabilidade.

### **3. Implantação do Projeto Carnavalesco Espaço de Proteção a Criança e ao Adolescente de Olinda**

A Prefeitura Municipal de Olinda – PMO, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos – SDSCDH, desenvolve desde 2009 no período do Carnaval o Espaço de Proteção a Crianças e adolescentes na perspectiva da garantia dos direitos e proteção social às crianças e adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social. Essa proposta visava garantir, segundo o Relatório Anual da SDSCDH (2017) a partir de ações coordenadas e

executadas pela Secretaria Executiva de Assistência Social o enfrentamento ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo em vista que nos grandes e mega eventos esse tipo de violação “tendem a aumentar”, de acordo com os dados de atendimentos do CREAS Municipal de Olinda.

Dentro de sua competência na execução da Política de Assistência Social no município, a Secretaria operacionaliza também durante os grandes eventos em Olinda, ações de prevenção e proteção social com a oferta de serviços na perspectiva da garantia de direitos aos visitantes/turistas e munícipes em situação de vulnerabilidade e risco social.

O espaço é constituído por toldos e área climatizada, com um mini palco e piso alcatifado com abrangência de 10/20 m<sup>2</sup> geralmente instalados na entrada do Polo Infantil na Praça do Carmo, Olinda/PE, onde são oferecidas atividades lúdicas, recreativas e artísticas às crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, inclusive aquelas envolvidas na catação de material reciclável ou cujos pais estejam trabalhando no carnaval e impossibilitados de cuidarem de sua proteção e segurança.

Eventualmente, o espaço recebe crianças e/ou adolescentes perdidos ou abandonados pelos pais ou responsáveis durante a festa até o encaminhamento desta situação pelo Conselho Tutelar e equipe técnica de referência do Espaço (Assistente Social e Psicóloga).

O Espaço de Proteção funciona, nos cinco dias do carnaval das 10h às 22h. Neste espaço as crianças e adolescentes participam de atividades lúdicas e recebem em média 04 (quatro) refeições ao dia. As atividades lúdicas são realizadas através de oficinas de: maracatu e frevo, produção de fantasias e adereços, pintura, recreação e música percussiva. O espaço também conta com uma equipe de atendimento formada por coordenação geral, coordenações de área, coordenações pedagógicas do espaço, assistente social, psicóloga, educadores sociais, cuidadores, oficineiros, recreadores, vigias, apoios administrativos e serviços gerais.

Ressalta-se que o objetivo central do projeto é o de garantir a identificação, atendimento e encaminhamento para as crianças e adolescentes identificadas em situação de abuso, exploração sexual e/ou de trabalho infantil que acompanhem seus pais e/ou responsáveis que estejam comercializando durante o período carnavalesco no município de Olinda.

As ações evidenciadas no espaço assim que é aberto para o público seguem a ordem metodológica: primeiro os pais e/ou responsáveis realizam o cadastrado das crianças e/ou adolescentes, preenchendo uma ficha cadastral e, posteriormente os educadores e cuidadores colocam a pulseira de identificação nas crianças/adolescentes para que estes entrem no espaço ficando sob a responsabilidade das equipes técnicas da Secretaria de Assistência Social do referido município até as 22h.

A partir da entrada das crianças e/ou adolescentes no espaço, os mesmos são dirigidos para um refeitório instalado e improvisado para se alimentarem e ficam livres para participarem das atividades oferecidas, além de shows de atrações infantis, e, ao mesmo tempo sendo um espaço instalado dentro do carnaval, podem-se vislumbrar os acontecimentos externos.

Em 2017, segundo relatório anual de gestão da SDSCDH/Olinda, a equipe de abordagem social que atuou no referido espaço identificou 166 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Em se tratando da situação de trabalho infantil, identificou-se que das crianças e adolescentes atendidas, em sua maioria estavam envolvidas com a venda de bebidas, água, comida e com a “catação de material reciclável”. Com a oferta do Espaço de Proteção a Crianças e Adolescentes, as mesmas puderam ficar sob os cuidados de uma equipe especializada, até a chegada de seus pais e/ou responsáveis.

Em relação ao orçamento, em geral para o projeto se concretizar é em média R\$ 122.000,00 (cento e vinte dois mil reais), sendo este crescente a cada ano, conforme informações o relatório anual da gestão da SDSCDH/Olinda (2017).

Ressalta-se ainda que o projeto, geralmente possui parceria com a rede socioassistencial, algumas secretarias do município como a Secretaria de Patrimônio e cultura (responsável pela montagem do espaço), bem como a Secretaria de Serviços Públicos (pela limpeza), além do Conselho Tutelar que interage diretamente com a equipe de abordagem social, caso haja necessidade de intervenção.

Assim, de acordo com a análise dos relatórios do projeto Espaço de Proteção Infantil pode-se afirmar a sua importância significativa para o município olindense, pois diminui os riscos latentes dessas crianças e adolescentes sofrerem qualquer tipo de violações de direitos, seguindo as orientações do Sistema de Garantia de Direitos a



Criança e ao Adolescente de intensificar as ações de proteção social em grandes eventos.

#### **4. Avaliação do Processo do Projeto Espaço de Proteção Infantil do Município de Olinda/PE**

Debater acerca das situações de violência e violação de direitos humanos aos quais está exposta grande parte das crianças e adolescentes no período carnavalesco se faz necessário e urgente para o trabalho preventivo e protetivo da Proteção Social de forma intersetorial.

Um importante aliado no enfrentamento às violações de direitos contra crianças e adolescentes foi o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (1990) no quesito de obrigar a notificação de situações de violência às autoridades competentes, entre essas situações a de Trabalho Infantil e a de abuso e exploração sexual.

Vale destacar que é obrigatoriedade dá atenção especializada a este segmento populacional, conforme normatizações e legislações vigentes, sendo essencial o reconhecimento do papel da assistência social, enquanto ator principal no processo de atendimento e encaminhamento às políticas especializadas, bem como o papel de cidadão no que se refere ao exercício do Controle Social tão solicitado nas políticas públicas, mas, carente de cidadãos, profissionais e sociedade civil que o exerça.

A abordagem interdisciplinar das situações que envolvem violência e violações de direitos permite perceber elementos que estão à margem da situação identificada ou que coloquem à margem os usuários das políticas públicas, ainda insuficientes para atender as sempre ressurgentes facetas da questão social ou que expõe a forma da construção da sociedade brasileira.

Ressalta-se que as ações pontuais e desarticuladas da rede de proteção social de crianças e adolescentes, com instituições não governamentais e órgãos governamentais com pouca interlocução, rebatem na falta de respostas dos encaminhamentos e conseqüentemente em resultados para os usuários das políticas públicas.

Reafirmando a discussão acima Yazbeck (2010, p.10) relaciona que:

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à

inclusão e enfretamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais.

O debate acerca da intersetorialidade e atuação em rede refletem, ainda, a própria renovação das políticas públicas e a necessidade de erradicar para além do trabalho infantil as práticas de clientelismo, assistencialismo e de ações pontuais.

A avaliação da execução do Projeto de Espaço de Proteção a Criança e ao Adolescente no município de Olinda visa responder dentre as atividades propostas quais estão obtendo êxito e quais necessitam ser potencializadas a fim de maximizar o enfretamento às situações de violência contra crianças e adolescentes dentro do município de forma sistêmica.

Nesta perspectiva, a avaliação pode ser entendida como:

[...] uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento” (AGUIAR & ANDER-EGG, 1994, p. 31-49).

Um dos objetivos fundantes da avaliação é desvelar os meios que possibilitam o alcance das metas traçadas a fim de melhorar a tomada de decisões a cerca do mesmo, além de buscar garantias de aperfeiçoamento e melhoras para execuções futuras. Assim “a avaliação é um modo de verificar a racionalidade, medindo o cumprimento – ou perspectiva de cumprimento – dos objetivos e metas previamente estabelecidos e a capacidade para alcançá-los” (COHEN, E. & FRANCO, R. p. 73 apud ANDER-EGG 1984, 20).

Compreende-se de forma simplificada que a avaliação é o conjunto de atividades organizadas e sistemáticas realizadas com o objetivo de identificar os avanços e os fracassos, os pontos fortes e fracos de uma ação, projeto ou programa social e, a partir desse conhecimento, tomar decisões quanto a reforçá-los, reestruturá-los ou, até mesmo, descontinuá-los.

Quanto ao tipo de avaliação, foi definido que a avaliação de processos pode contribuir para a análise e compreensão dos entraves e potencialidades existentes no enfrentamento às situações de trabalho infantil, bem como de abuso e exploração sexual alvo da intervenção do projeto durante o período carnavalesco.

A Avaliação de Processo determina na medida em que os componentes de um projeto contribuem ou são incompatíveis com os fins esperados. Procura detectar as dificuldades que ocorrem na programação, administração, controle, etc. É uma avaliação periódica. Sua função central é medir a eficiência de operação do projeto (COHEN & FRANCO, 1999). É fazer certo, o meio para se atingir os resultados esperados, é a atividade.

Dessa forma, integrar a avaliação ao processo das políticas públicas não significa, em consonância com Carvalho (2003), que ela deva ser promovida pelas agências responsáveis por sua implantação. Ao contrário, a posição que a avaliação ocupa no processo das políticas públicas é externa aos agentes gestores e executores e singular em face de seus propósitos.

A avaliação traz as dimensões desejáveis de desempenho de organizações e programas avaliados, que se traduzirão por exigências de efetividade, de eficiência e de eficácia dos programas e projetos sociais. A tabela 01 traz o demonstrativo de atendimentos realizados no espaço em 2017:

Tabela 01 – Quantitativo de Crianças e Adolescentes Atendidas no Espaço em 2017 – Sexo x Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	166
0 A 03 ANOS	12	10	
04 A 07 ANOS	33	33	
08 A 12 ANOS	35	36	
13 A 15 ANOS	06	01	
16 A 17 ANOS	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>80</b>	

Fonte: Relatório Anual de Atendimento – Olinda, 2017

Atividades Realizadas no Espaço em 2017 foram: Abordagem Social e identificação de crianças e adolescentes, encontradas em situação de trabalho ou acompanhando os pais ou responsáveis, bem como dos seus familiares; Realização de 166 cadastros das crianças e adolescentes abordadas, bem como, dos seus familiares; Encaminhamento de 22 crianças menores de 03 anos identificadas em situação de trabalho ou acompanhando os pais ou responsáveis para a Casa de Passagem; Atendimento as crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil ou acompanhando os pais ou responsáveis no Espaço de Proteção à Criança e Adolescente dentro do Polo Infantil.

Ao analisar os eixos de intervenção com as crianças e adolescentes retiradas das situações de risco social e pessoal observa-se que o espaço necessita de reformular suas atividades a fim de atender as especificidades latentes as questões de vulnerabilidades das famílias usuárias do espaço.

O espaço conta com uma equipe de atendimento formada por coordenação, supervisão, educadores sociais, cuidadores, oficineiros, recreadores, vigias, apoios administrativos e serviços gerais que apesar de realizar as atividades administrativas do local, lúdicas, recreativas e artísticas não executam ações e atividades pertinentes a um atendimento especializado no âmbito da proteção social de assistência social às famílias, não existindo no local qualquer espaço destinado a um atendimento apesar de contar na equipe com profissionais de Serviço Social e Psicologia.

Há de certo que para lidar com as complexidades de crianças e adolescentes, bem como suas famílias que passam por situação peculiar de vulnerabilidade e violação de direitos pede profissionais com *no hall* - propriedade para falar de determinado assunto ou de executá-lo de forma assertiva e eficiente – em suas especificidades, assim como o conhecimento da rede para onde se possam encaminhar as famílias em situações distintas e que sejam capazes de reconhecer os avanços alcançados na sua atuação.

As oficinas de dança, percussão, artes (pintura, desenhos, etc.) e as atividades socioeducativas com jogos e filmes não abordam situações que possibilitem aos seus destinatários uma sensibilização, bem como uma experiência diferente da sua vivência.

Apesar das situações acima analisadas, o projeto obtém total êxito na proposta de trazer atividades que permitam às crianças e adolescentes viverem sua infância e

adolescência fortalecendo a sua identidade cultural não distinguindo ou estigmatizando dos demais frequentadores do Polo Infantil, assim há apresentações musicais das atrações do Patati Patata, Os amiguinhos, Contação de Histórias, Bonecos Mirins, e Mestre Ferreira- Ciranda, dentre outros.

A alimentação destinada é de boa qualidade, contando com o lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, além de serviço de pipoca e algodão doce os quatro dias para todos do espaço.

Outro fator positivo é não limitar a intervenção do espaço apenas aos munícipes, mas estender a todos que estejam em situação de risco atendendo por vezes famílias de outras regiões do estado, como a região metropolitana, mata e sertão.

Salienta-se que mesmo com a efetividade do objetivo proposto pelo projeto, ainda há necessidade de adequação da infraestrutura, além dos acompanhamentos posteriores das famílias cadastradas, uma vez que mais de 90% destas são cadastradas em programas sociais e possuem algum benefício, no entanto, os aparatos disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Olinda não são suficientes para esse acompanhamento contínuo e a ação acaba no último dia do carnaval.

Assim, observa-se que as ações do Projeto “Espaço de Proteção a crianças e ao adolescente no município de Olinda/PE”, foi formulada para “amenizar” as condições de vulnerabilidade num datado período, no caso, o carnavalesco, das crianças e adolescentes que conseguiram ser identificadas e/ou “resgatadas”, mas estão longe de se tornarem ações eficazes no enfrentamento as violações de direitos, uma vez que estas estão submetidas a perversidade de um sistema desigual e combinado, no caso o capitalista.

## **5. Considerações Finais**

A avaliação proposta possibilitou identificar que o espaço de proteção é ideal para realizar intervenções de enfrentamento ao trabalho infantil e contra o abuso e exploração sexual e torna-se o elo fortalecedor, em grandes eventos proposta do espaço, em que crianças e adolescentes possam ter um desenvolvimento pleno e saudável. E diante desta linha de pensamento, o projeto foi construído, para possibilitar, a princípio, um pequeno grupo, uma proposta diferenciada de ser olhado e

cuidado, pela perspectiva da proteção social, para que possam se reformular a cada momento, pensando nos seus potenciais e possibilidades.

No tocante ao enfrentamento ao Trabalho Infantil fica evidente que apenas ações propostas por uma política pública não daria para erradicar essa violência que acontece desde antes e fortalecida com a Revolução Industrial e se perpetuando em grandes eventos como forma de sustento das famílias em extrema pobreza. Neste sentido, as intervenções propostas por este projeto visam desconstruir a atuação em ilhas e potencializar o enfrentamento de situações de violações de direitos com a atuação em rede, a intersetorialidade entre as políticas públicas.

As situações de violência sexual contra crianças e adolescentes têm adquirido paulatinamente naturalidade na atual sociedade em que os direitos sociais historicamente garantidos vêm se tornando a exceção. Nesse sentido quando se refere à proteção social, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aponta para a matricialidade sociofamiliar, compreendendo que a família é uma instituição mediadora “das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (BRASIL, 2004).

Assim, os programas e serviços deverão ser direcionados para o atendimento à família, reforçando-a enquanto um dos pilares da rede de proteção social.

Apesar de se apresentar enquanto experiência exitosa de ação e considerando ainda que o espaço de proteção também funcione enquanto palco da sociabilização dos indivíduos e tendo em vista que as pessoas fazem parte de diferentes grupos desde seu nascimento e que possuem a necessidade de se relacionar, é notório a falta de ações socioeducativas e atividades grupais com crianças e adolescentes a fim de possibilitar a participação para desmistificação, mobilização e conscientização a fim de valorização dos momentos de troca de experiência e (re) conhecimento de si frente à realidade do outro sobre as violações de direitos, foco da intervenção do espaço.

## **6. Referências**

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 fev.2018.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Informações Sociais – SAGI**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega\\_pdf.php?rel=panorama\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=panorama_municipal)>. Acesso em: 18/2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Informe mundial sobre la violencia y salud**. Genebra (swz): OMS: 2003.

PERNAMBUCO. **Relatório Anual da Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos**. Olinda, 2017.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. FGV Editora, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais**. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2010.